

UMA ANÁLISE DOS PCNS DE ENSINO DO INGLÊS: DISCURSOS EM DISPUTA

An analysis of English teaching PCNs: discourses in dispute

Rafaela Spezzia CAPUANI (UNIVILLE, Joinville, Brasil)
Raquel Alvarenga Sena VENERA (UNIVILLE, Joinville, Brasil)

Resumo: *Este artigo é um recorte dos resultados parciais da pesquisa em andamento intitulada “Processos de Identificações no Ensino da Língua Inglesa” que privilegia as análises dos discursos, AD da corrente francesa, dos Parâmetros Curriculares Nacionais do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental de Língua Estrangeira em diálogo com algumas representações sobre o ensino de inglês retiradas de entrevistas. Esse procedimento serviu para apontar caminhos de análises dos discursos dos PCNs, uma vez que os problemas ali apontados também foram reproduzidos pelos estudantes ao rememorarem sua participação na escola regular.*

Palavras-chave: *Educação; Políticas Públicas; Juventudes; Ensino de inglês.*

Abstract: *This article is the partial results of the ongoing research entitled "Processes of Identification in the English Language Teaching", which focus on the analyzes of the discourses, AD of the French perspective, of the National Curricular Parameters of the third and fourth cycles of the Elementary School of Foreign Language in dialogue with some representations on the teaching of English taken from interviews. This procedure served to point out ways of analyzing the discourses of PCNs, since the problems mentioned there were also reproduced by the students when recalling their participation in the regular school.*

Key-words: *Education; Public Policy; Youth; English teaching.*

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo a análise dos discursos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Inglesa do Terceiro e Quarto Ciclo do Ensino Fundamental de Língua Estrangeira, publicado pelo Ministério da Educação em 1998 a partir da corrente francesa, AD, especialmente com a proposta da analista do discurso Eni Orlandi – expoente brasileiro dessa proposta. Essa análise é feita a partir da orientação teórica de que a linguagem está relacionada à exterioridade e ligada às suas condições de produção de discurso que aparecem materialmente na textualidade que por sua vez faz ver as relações de poder e suas ideologias. Assume o sujeito como parte da História, sociedade e cultura, ou seja, um sujeito que não permanece isolado nem separado da linguagem. Por essa razão, acredita-se que o aluno é sujeito da ideologia de seu tempo na sociedade em que vive.

A principal função desse documento é orientar o trabalho educativo dos professores por meio de diagnósticos e apontamentos de políticas e práticas pedagógicas para situações do cotidiano da vida escolar. No entanto, a pesquisa de onde se originou este artigo, ouviu os estudantes jovens e, ao ouvi-los em uma entrevista piloto da pesquisa de dissertação intitulada “Análise do Discurso das políticas para o ensino de inglês: tensões entre público e privado”¹, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, observou-se que existem paráfrases dos PCNs sendo repetidas e também reforçadas em representações sobre o ensino de inglês em escolas públicas. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o uso dessa entrevista mostra como as falas através do discurso corroboram para um melhor entendimento daquilo que os textos dos PCNs fazem funcionar. Em consonância a AD, esta pesquisa se importou mais com a forma como os discursos dos PCNs funcionam e fazem funcionar os sentidos do inglês para os jovens dessa escola pública em questão, “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2010, p. 16).

Mesmo sabendo que existem outros materiais que exploram a questão do ensino de idiomas especificamente no Ensino Médio, esse documento foi escolhido por ser o mais conhecido pelos professores e nas escolas em geral. Também por entender que a aprendizagem é um processo, optou-se pelo estudo desse documento, pois os alunos que estão hoje no Ensino Médio ou egressos também relacionaram de alguma forma com as políticas dos PCNs no Ensino Fundamental.

¹ Esta pesquisa é desenvolvida junto aos jovens da EEB. Plácido Olímpio de Oliveira e de dois cursos particulares de idiomas, na cidade de Joinville, SC.

O objetivo dessa entrevista foi identificar as representações dos jovens em relação ao ensino de inglês na cidade de Joinville, norte de Santa Catarina, uma cidade com vocação industrial e de serviços e de grande potencialidade para o uso do inglês. Ou seja, as condições de carreira profissional que a cidade promete exigem o inglês como instrumento de diferenciação. Neste trabalho serão apresentadas algumas falas obtidas numa entrevista piloto, alunos particulares da própria pesquisadora, com a idade de 16 e 33 anos, e já inseridos no mercado de trabalho dessa mesma cidade.

Essa entrevista piloto foi feita concomitantemente a análise dos discursos dos PNCs. Primeiramente foi feita uma leitura apreendendo os sentidos imediatos do texto. Em um segundo momento, a partir de dispositivos teóricos de análise do discurso, especialmente os desenvolvidos por Eni Orlandi, uma segunda leitura foi desenvolvida capturando sentidos do contexto de produção dos PNCs e dos sujeitos produtores do documento em forma de textos. Ou seja, foram capturados os sentidos compostos na tríade constitutiva na AD – sujeito, contexto e linguagem. Em um segundo momento foram relacionados esses sentidos, não perceptíveis em uma primeira leitura, aos sentidos coletados nas falas dos jovens. Ou seja, os sentidos ideológicos que funcionam em silêncio. Que são esquecidos no gesto de sua operação. Esse documento foi escrito em 1998, como já anunciado, e apresentou, na época, um importante diagnóstico do ensino de inglês nas escolas públicas do país. Passados 18 anos, ao verificar a disciplina no currículo da escola onde se realiza essa pesquisa², pode-se dizer que não ocorreram transformações significativas, ao contrário, na cidade de Joinville a proliferação de cursinhos particulares confirma a ineficácia desse ensino nas escolas públicas – fenômeno anunciado nos PCNs.

Conforme citado anteriormente, Joinville é uma cidade com vocação industrial e de serviços, por essa razão, não é necessária uma pesquisa sistemática no mundo do trabalho para constatar a informação de que o ensino do inglês é anunciado, no senso comum, como uma ferramenta que facilita o acesso dos jovens aos bens culturais assim como maiores possibilidades de futuro. No entanto, as reflexões orientadoras do ensino de línguas estrangeiras ampliam a ideia de preparação para o futuro e provocam um pensamento relacionado ao direito que possibilita o acesso a outras culturas no presente do jovem e não apenas como uma “ferramenta” que facilitará o acesso ao seu trabalho no futuro. Este artigo se filia a essa premissa – é necessário que se pense no inglês como algo que o jovem possa usufruir em seu presente – e, dessa forma, já iniciando a análise do discurso do documento, as palavras “língua estrangeira” que se desdobram nos currículos, Projetos Político Pedagógicos das escolas, pode anunciar uma primeira contradição nos objetivos desse ensino nos PCNs.

² Como professora de inglês essa realidade é também observada em outras situações de ensino e de extensão.

O adjetivo “estrangeiro” regula um sentido da “língua do outro”, daquilo que não é meu. No entanto, o sentido das didáticas do ensino do inglês é orientador de trabalhos com o presente dos jovens: músicas, internet, jogos, marcas de produtos – locais onde o inglês é mobilizado no interior do português. O próprio texto dos PCNs diz que “um dos processos centrais de construir conhecimento é baseado no conhecimento que o aluno já tem” (BRASIL, 1998, p.32), pois muitas das informações utilizadas em nosso cotidiano são transmitidas por meio de palavras da Língua Inglesa. Entendemos que existe uma definição de língua “estrangeira” como aquela que não é a língua materna, no entanto, essa análise busca salientar a necessidade de problematizar essa definição, colocá-la em rasura, uma vez que ela já não aparece tão estranha aos jovens nos seus cotidianos.

A proposta curricular do Rio Grande do Sul (2009), vem sugerindo que o ensino do inglês seja tratado como “língua adicional” cujo uso se encontra em nossa sociedade e não como algo alheio, distante do nosso cotidiano. Esse conceito de “língua adicional” é trazido pela Referencial Curricular – Lições do Rio Grande, Volume 1, em que tratam a Língua Inglesa e Espanhola como idiomas usados no cotidiano enquanto os demais idiomas são nomeados como Línguas Estrangeiras. De acordo com Leffa (2014) a “língua adicional é aprendida por acréscimo a partir de uma primeira língua e que o conhecimento de ambas se completam. Como seu aprendizado acontece a partir da língua materna, tende-se a valorizar o contexto das pessoas envolvidas nesse processo.

2. Percepções e análises dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira

De acordo com o linguista David Crystal (apud Schütz), “à medida que o inglês se torna o principal meio de comunicação entre as nações, é crucial garantirmos que seja ensinado com precisão e eficientemente.” (CRYSTAL, 1997 apud SCHÜTZ, 2002). A fim de justificar o ensino desse idioma nas escolas, esse mesmo texto (BRASIL, 1998, p. 15) mostra seu discurso político que vê a inclusão de uma determinada língua estrangeira relacionada a “fatores relativos à história, às comunidades locais e à tradição”. Na contemporaneidade, é possível afirmar que “o inglês, hoje, é a língua mais usada no mundo dos negócios, e em alguns países, como Holanda, Suécia e Finlândia, seu domínio é praticamente universal nas universidades” (BRASIL, 1998, p.23). No caso de Joinville, por ser uma cidade tradicionalmente entendida e representada em sua vocação industrial e de serviços, é justificável que seu ensino seja implantado na grade curricular escolar. Sua população economicamente ativa no ano de 2010 totaliza 209.479 pessoas, dentre os quais 74.102 trabalham na indústria e 77.676 em serviços, incluindo o turismo³.

³³Dados obtidos no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional disponível em http://www.jve.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=95&Itemid=204. Acesso em

Considerando essas potencialidades em grande parte das cidades brasileiras, o discurso político presente nos PCNs defende o preparo de todos à igualdade de inclusão na produção e distribuição das riquezas e bens culturais: “Pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.” (BRASIL, 1998, p. 5).

No texto de apresentação desse documento é interessante observar os verbos “aumentar”, “engajar” e “agir”.

A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de **aumentar** /a autopercepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por esse motivo, ela deve centrar-se no engajamento discursivo do aprendiz, ou seja, em sua capacidade de **se engajar e engajar outros** no discurso de modo a poder **agir** no mundo social. (BRASIL, 1998, p. 15 grifo nosso)

Esses verbos mostram a intencionalidade política para aumentar o engajamento do aprendiz e de seu interlocutor no discurso para agir no mundo social. Nesse momento, pode-se perceber a intenção que se tem de promover uma autonomia maior do aprendiz no discurso.

Já nos textos dos objetivos principais dos PCNs (BRASIL, 1998, p.7) o texto afirma que a cidadania compreende o repúdio às injustiças. Esse texto condiz com a declaração de Graddol (2006, p. 38) ao afirmar que o ensino de qualidade do inglês pode ser um poderoso aliado na distribuição de renda em nosso país. As declarações dos jovens na entrevista piloto dessa pesquisa mostram que o domínio de uma língua estrangeira os ajuda a ter expectativas de uma vida profissional e, como consequência, financeiramente melhor do que aqueles que não a possuem. Observa claramente um discurso funcionando com apontamentos de sucesso para o futuro.

A fim de buscar uma melhor aproximação dos significados nas falas dos entrevistados e dos PCNs essa pesquisa está mobilizando a Análise do Discurso, AD, da corrente francesa, iniciada por Pêcheux e desenvolvida no Brasil a partir dos estudos de Eni Orlandi. Para essa autora (ORLANDI, 2010, p. 15), a função da análise do discurso é “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Dessa forma procuramos buscar significados que muitas vezes não estão explícitos, justamente porque o primeiro sentido que reforça o texto é automatizado no cotidiano. A escolha de certas palavras em detrimento de outras, a posição social ocupada pelo falante e seu referente e a situação do momento da fala pode alterar o significado da mensagem. A leitura dos PCNs a partir da

AD e do cruzamento com as falas dos jovens acabou potencializando a interpretação desses sentidos não tão evidentes.

Dessa forma, flagraram-se desse documento três tensões discursivas que geram a discussão desse trabalho: o discurso político, o discurso pedagógico e o discurso mercadológico – o que chamaremos a partir de Orlandi, tipologias discursivas. Eni Orlandi (2009, p.153) trabalha com as tipologias discursivas que, para ela, são os discursos que “ganham legitimidade, se institucionalizam historicamente e passam a contar nas condições de produção, como tipos cristalizados que retornam ao processo da interlocução, como modelos”. Esses discursos foram flagrados perante o dito e não dito, pelos silêncios e interdiscursos, ou seja, “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas” (ORLANDI, 2010, p. 33). Por sua vez, essa categorização analisa a “relação entre os sujeitos, a relação com os sentidos, a relação com o referente discursivo” (ORLANDI, 2010, p. 87) assim como “não é um juízo de valor, é uma descrição do funcionamento discursivo em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas” (ORLANDI, 2010, p. 87).

Todos os três tipos de discurso aparecem diversas vezes ao longo do texto. A primeira tipologia consiste no discurso político que aparece claramente no texto ao justificar o ensino desse idioma como “um direito de todo cidadão” e que seu conhecimento “ajuda a aumentar sua auto percepção como ser humano e cidadão”. (BRASIL, 1998, p.19). Na apresentação desse texto, o autor declara que é necessário criar condições de “acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 5). Da mesma forma quando o estudante adquire outro idioma “ele aprende mais sobre si mesmo e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social” (BRASIL, 1998, p. 19). Consta como um dos objetivos entender a cidadania “como participação social e política, assim como exercícios de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças.” (BRASIL, 1998, p. 7). Nesses trechos podem ser vistas palavras como “cidadão”, “cidadania”, “participação social e política” e “organização política” que trazem o ensino do idioma como um direito cujo acesso e permanência no ambiente escolar devem ser garantidos pelo Estado.

A segunda tipologia é o discurso pedagógico que traz situações relacionadas à didática nas salas de aulas. Ao expor sobre a maneira como os assuntos são trabalhados, o texto afirma que “não é comum vincular-se a práticas interacionais orais e escritas que não sejam significativas e motivadoras para o engajamento discursivo”. (BRASIL, 1998, p. 30). Mais adiante, é necessário analisar “os conhecimentos que os alunos trazem, proporcionando a eles a oportunidade de identificar e reconhecer esses conhecimentos e oferecer possibilidade de troca de experiências entre eles” (BRASIL, 1998, p. 54). Também são discutidas questões referentes aos erros cometidos no processo de

aprendizagem, os estilos individuais de aprendizagem, os modos de avaliação, o estudo de temas transversais, aspectos morfológicos, sintáticos e fonológicos, entre outras discussões que evidenciam o discurso pedagógico.

A terceira tipologia consiste no discurso mercadológico que mesmo não estando claramente exposto, o silêncio revela o que está por detrás desse sentido. Quando um documento do Estado admite que o inglês não é visto como um conteúdo importante para a formação do aluno ao relatar que “essa disciplina não tem lugar privilegiado no currículo, sendo ministrada em algumas regiões, em apenas uma ou duas séries do ensino fundamental, sem caráter de promoção ou reprovação” (BRASIL, 1998, p. 24). Por meio do uso do silêncio, ou seja, na constituição do sentido de sua frase onde está o não-dito (ORLANDI, 2010, p. 32), o Estado mostra como sua incapacidade de gerir um ensino do inglês de qualidade abriu portas para um novo mercado de trabalho ao revelar que “a proliferação de cursos particulares é evidência clara para tal afirmação” (BRASIL, 1998, p. 19). Por essa razão, nos últimos 30 trintas houve um grande crescimento de instituições especializadas no ensino desse idioma, a partir da crença de que não se aprende inglês na escola. Ao apontar esses dados é o momento em que a tipologia discursiva política do discurso dos PCNs fazem funcionar um sentido de necessidade de ação do Estado no currículo. “a aprendizagem de uma língua estrangeira [...] é um direito de todo o cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” e da mesma forma “seu ensino, como o de outras disciplinas, é função da escola, e é lá que deve ocorrer” (BRASIL, 1998, p. 19). Ao relatar que o ensino do idioma deve ocorrer na escola, percebe-se que o discurso das políticas públicas não apoia seu ensino em outros ambientes que não seja na escola, ou seja, o Estado toma pra si essa responsabilidade e a reveste de um conhecimento escolarizado.

No entanto, o entrecruzamento das outras tipologias (pedagógica e mercadológica) faz funcionar outros sentidos. A difusão de escolas de inglês tem forte influência da tipologia pedagógica presente nos discursos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), por mais que possa parecer estranho, mas é no momento em que o discurso dos PCNs vai defender as melhores formas e caminhos para o ensino da língua, ou seja, quando a tipologia pedagógica aparece e como se ela acionasse a tipologia mercadológica que passa despercebida em todo o texto.

É uma contradição discursiva, o desafio político aciona o discurso pedagógico que por sua vez, silenciosamente, aciona um sentido mercadológico. Esse documento destaca a importância das quatro habilidades comunicativas (fala, escuta, leitura e escrita), no entanto, considerando a complexidade pedagógica para essa construção, a proposta se viabiliza frente às condições da maioria das salas de aula das escolas brasileiras: “carga horária reduzida, classes superlotadas, baixo nível de domínio das habilidades orais por parte de grande parte dos professores e falta de material didático” (BRASIL, 1998, p. 21). Por essas razões, defende-se a ideia de que por ser útil para a maioria dos alunos em sua

educação formal (ingresso no vestibular e exames de pós-graduação), o foco das instituições escolares é apenas no ensino da habilidade da leitura.

Ao assumir a habilidade de leitura como “carro chefe” do ensino de inglês nas escolas públicas essa política direciona um sentido de educação apenas para o futuro, subtrai as possibilidades de usos sociais da língua de forma sistematizada no presente, decide o futuro dos jovens pobres que devem usar apenas a habilidade de leitura da língua estrangeira e diz, no silêncio do texto, que as demais habilidades serão oferecidas apenas no setor privado de ensino de inglês. Para essa análise faz-se necessário o estudo do silêncio local que se constitui da “censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”, pois “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras” (ORLANDI, 2010, p. 83).

A fim de reforçar esse pensamento, Laval (2004, p. 11) explica “a escola neoliberal designa certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico”, Assim, as instituições privadas se utilizam das brechas deixadas pelas políticas públicas – quando assumem o ensino apenas da leitura – e, reforçando o discurso neoliberal, afirmam que o indivíduo deve investir em sua educação para que no futuro ele possa ter rendimentos provenientes de sua educação. Tanto o público quanto o privado jogam para o indivíduo a razão do seu sucesso ou fracasso com o inglês.

Na impossibilidade de as escolas assumirem o ensino de inglês com qualidade pedagógica esse passa então a ser produto facilmente comercializado em cursos particulares de inglês. Ao realizar uma pesquisa no Procon (Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor) foi possível perceber que os cursos de idiomas são classificados como Cursos Livres e não possuem nenhuma regulamentação específica e fiscalização pelas Secretarias de Educação (Estaduais e Municipais) ou MEC (Ministério da Educação e Cultura). Da mesma maneira, foi feita uma consulta no dia 22/09/11 no SinproNorte⁴, sindicato que responde pela representação dos professores de estabelecimentos de ensino privado. Essa investigação teve como objetivo saber sobre a existência de alguma legislação que rege as escolas privadas de idiomas em Joinville e constatou-se que não há regulamentação para a abertura desse tipo de instituição. Por conhecimento da própria pesquisadora, nesses locais seus professores não possuem plano de carreira previsto em lei, ficando a critério do empresário a bonificação de seu funcionário. Outro fato importante é a não obrigatoriedade de registro, pois muitos deles não são registrados com o título de “professor” assim como seu salário não é integralmente registrado. Uma

⁴ Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de Santa Catarina.

porcentagem de seu salário é pago informalmente a fim de diminuir os encargos da empresa e aumentar seu lucro.

Esse fato é a materialidade dos discursos neoliberais nas práticas educativas que se intensificaram com a ideia da educação comercializada e que mantém interesses e valores de seus investidores. Laval (2004) cita a predominância dos interesses privados ao afirmar que

a ideologia liberal acompanha, reforça e legitima as diversas formas de desregulamentação, cuja característica geral consiste em deixar no espaço escolar um lugar crescente para os interesses particulares e para os financiamentos privados, quer sejam de empresas ou de indivíduos. (LAVAL, 2004, p. 109)

Será necessário nessa análise aproximar do conceito “neoliberalismo” a fim de entender o contexto de produção desses discursos que estão em análise. Para a AD, os discursos são construídos por sujeitos em suas posições e contextos de fala, ou seja, o tempo histórico em que o discurso foi produzido infere também na posição dos sujeitos que escreveram o texto e nas intencionalidades de sentidos para seus interlocutores. Estamos falando do ano de 1998, quando os PCNs foram publicados e nos anos anteriores quando esses textos estavam em produção. Dez anos antes desse texto, quando ainda o recém Estado democrático brasileiro estava decidindo seu modelo de democracia, o discurso da Constituição Federal, em seu **Artigo 209** evidenciou: “O ensino é livre à iniciativa privada”, salvaguardando as condições constitucionais. O sétimo parágrafo do **Artigo 206** diz: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, e silencia sobre a gestão privada. Ou seja, além de ser livre, não existe nenhuma obrigatoriedade de ser democrático nesses espaços. Aqui existe claramente uma possibilidade de subterfúgios de sentidos, dependendo dos interesses do Mercado, e no caso específico do ensino de inglês nenhuma regulação, nem trabalhista e nem pedagógica foi concensuada. Diante disso o uso do conceito neoliberalismo parece coerente. Segundo Touraine (1998, p.25), o entendimento da democracia a partir de uma ideia liberal

reduz o mais possível as intervenções do poder político e favorece a regulação da organização social pela negociação direta e pelo mercado, contentando-se em controlar o cumprimento dos contratos estipulados, a lisura nas transações, a exatidão das informações que devem dispor os atores sociais ou econômicos para fazer escolhas racionais e negociáveis.

Ou seja, o interesse do mercado vai sobrepor, nessa situação, a ideia inicial de que a educação contribuiria para a construção da igualdade por meio do desenvolvimento pleno da pessoa, da cidadania e da preparação para o trabalho. Fruto de numerosas correlações de forças econômicas e políticas, os PCNs foram publicados em 1998 (anos

finais do Ensino Fundamental) e reforçaram a atuação do grupo do governo e a ausência completa dos Fóruns Educacionais que haviam sido extintos⁵. A presença da profissional de gabinete da educação Iara Glória Prado, representante do PSDB, até então desconhecida para muitos educadores, passou a significar uma voz legítima das intenções do Ministério da Educação. Além desse movimento, o local do sujeito – Secretária de Educação Fundamental –, adjacente ao local do Ministro da Educação, ocupado pelo economista Paulo Renato, atribuía a sua fala à marca, também, dos processos de subjetivação daqueles filiados ao PSDB. Esses processos de subjetivação são mais visíveis e foram mais fáceis de ser observados a partir do contexto histórico político brasileiro da época. Os textos propostos pelo Estado possuem, em sua natureza, o silêncio das tensões políticas de sua produção, mas em silêncio regula, no leitor, o sentido de que as decisões são tomadas considerando apenas os interesses do país e nunca de um partido X ou Y.

É nesse contexto que o discurso educacional brasileiro foi escrito: expondo muito mais a relevância do compromisso mercadológico e silenciando as tensões internas. O surgimento de escolas particulares de ensino da língua inglesa é em função da negligência nas escolas públicas que também é condizente com os discursos ouvidos na entrevista piloto desta pesquisa em que um dos entrevistados revela: “Eu acredito que a escola pública, como eu demorei muito pra tomar gosto pelo inglês, é um dos [...] grandes [...] culpados, vamos dizer assim. O primeiro é minha família e segundo a escola pública porque não é dada a devida atenção pra isso. Na minha opinião, nós não deveríamos ter uma língua básica, nós deveríamos ter duas: o português e o inglês. E desde o início deveríamos aprender as duas. Se isso fosse feito o Brasil seria mais competitivo no mundo. Então, a atenção dado pelo inglês, ela é deixada pela segunda opção.” Essa fala revela que o fato de o aluno não gostar do inglês é relacionado com a falta de preocupação da escola e da família. Quando o aluno utiliza o verbo “é” no presente do indicativo, ele faz referência ao presente, mesmo que alude seu passado ao culpar a escola pública e sua família que não lhe mostraram a importância do inglês. Ao mesmo tempo em que ele fala do seu passado como estudante ele relaciona com a situação do ensino desse idioma na escola pública atual. O futuro do pretérito do indicativo usado no verbo “seria” expressa uma possibilidade incerta, uma suposição, ao trazer uma hipótese de que nosso país seria mais competitivo no mercado mundial com o uso do inglês, sem considerar outros fatores importantes nesse processo tão complexo. Revela também que o tempo futuro e o sucesso no mercado fazem muito sentido nos objetivos do ensino de inglês. Quando leva a

⁵ Trata-se de grupos que ocupavam lugares que envolviam as experiências políticas dos professores, desde o final da década de 1970, passando pelas décadas de 1980 e 1990, culminando na organização de fóruns de debates junto ao poder público, em dois grandes momentos de decisão: durante a elaboração da Constituinte e da LDB, que foram silenciados no início da década de 1990.

responsabilidade para a família ecoa um sentido privatizado da educação, despossuído de responsabilidade estatal, mas cabendo aos pais, no interior das famílias, cada um cuidando do sucesso dos seus filhos.

Outra constatação importante que traz os PCNs, em sua tipologia pedagógica, foi a proposta de ensino que na maioria das vezes se apoia em estruturas gramaticais descontextualizados (BRASIL, 1998, p.24) da mesma forma que a interação em sala de aula possui “caráter assimétrico, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 15). É notável a contradição da maioria das propostas que se intitula como sendo comunicativas, porém “os exercícios propostos em geral, exploram pontos ou estruturas gramaticais descontextualizadas.” (BRASIL, 1998, p. 24). Uma das falas encontradas na entrevista piloto ilustra essa problemática ao afirmar que: “Eu não tive inglês desde a 1ª série. Não era essa metodologia que a gente tá aprendendo aqui hoje. Era aquela metodologia de decoreba, que você tinha que decorar o verbo *to be*, que tinha que decorar isso, que tinha que decorar aquilo. E, [...] inclusive o português, eu acredito que as metodologias de ensino mudaram com o tempo, só que talvez as escolas públicas estão demorando pra enxergar que as metodologias evoluíram também pro inglês. Eu não sei como é hoje, se isso evoluiu, mas na minha época era precária.” Nessa fala é possível perceber que o aluno acredita que não ter inglês desde a 1ª série é uma desvantagem. Quando ele diz que a metodologia de decoreba e vai ilustrando com frases de repetição (decorar o verbo *to be* [...] decorar isso [...] decorar aquilo) ele quer enfatizar sua opinião mostrando o quão monótono era esse tipo de aula. Mais adiante ele declara que as metodologias mudaram e que as escolas públicas estão demorando pra enxergar. Ao usar o verbo “mudaram com o tempo” para relatar sobre as metodologias, sua escolha pelo verbo no tempo pretérito do indicativo mostra que essas mudanças já ocorreram num passado gradativo (com o tempo) ao passo que para falar sobre o ensino do idioma nas escolas públicas ele usa a locução verbal “estão demorando” flexionada no presente do indicativo e gerúndio, afirmando que mesmo com as mudanças nas metodologias as escolas públicas não estão incorporando essas inovações em seu cotidiano, como se todas as escolas particulares já estivessem incorporando essas mudanças. Ele faz funcionar um sentido de ausência de sincronia entre a mudança das metodologias e sua aplicação nas escolas públicas, resultando na ineficácia do ensino do inglês.

Outra declaração que faz referência ao discurso pedagógico também presente nos PCNs revela essa dificuldade de adequar o uso das metodologias ao apontar que se “Aprende poucas coisas... Verbo *to be*, não se aprende aquela conversação como se deveria como vou dizer, praticar, igual a gente faz num curso: senta todo mundo junto e conversa, é diferente”. Nessa fala o aluno revela que o conteúdo ensinado na escola se resume a “verbo *to be*” e que não há conversação. Quando ele usa o verbo “deveria” flexionado no futuro do pretérito do indicativo ele indica que a conversação se mostra

como uma possibilidade para se praticar o idioma da mesma maneira que é praticado no curso de inglês, porém não analisa os tantos outros fatores que influenciam para essa prática.

Para finalizar essa questão da metodologia e seu discurso pedagógico, o estudante compara a escola pública com o curso de inglês que ele frequenta e revela que “a metodologia, aqui é outra. [...] Não se aprende dando um teste pro aluno, como é dado na escola pública. Se aprende inglês, [na] conversação, tentando montar frases, criando um diálogo, mudando palavras de um diálogo, seguindo uma metodologia avançada, eu diria assim [...] a gente já usa, um livro, uma metodologia avançada. Manda muito da professora [...], além disso, [em] inovar em outras coisas, como faz. É um vídeo diferente, é um passeio [em] que a gente conversa.” Ao usar o verbo no presente do indicativo “se aprende” na forma negativa o aluno infere que é impossível aprender quando a metodologia usada aplica testes para medir o conhecimento do aluno. A metodologia trazida pelo estudante consiste em avaliações somativas que “dão informação e certificam os níveis de proficiência alcançados” (BRASIL, 1998, p. 80) avaliando apenas o resultado final, desconsiderando todo o percurso desenvolvido pelo aluno ao longo de seu processo de aprendizado. A sugestão do estudante é a avaliação formativa, trazida também pelos PCNs e cujo objetivo é fazer com que o aluno possa evoluir seus estudos por meio da interação com professor e colegas, em que ajustes podem ser feitos ao longo do processo (BRASIL, 1998, p. 80). Ao falar do curso em que ele estuda inglês ele adjetiva a metodologia como avançada por aplicar exercícios que ele considera bons. Ele também afirma que a professora influencia nas decisões e atividades feitas em sala de aula com o intuito de inovar o ensino.

Ao falar sobre a importância do professor em sala de aula o mesmo aluno comenta que “Quanto ganha uma professora da escola pública? A pessoa não se dedica no que ela não é bem remunerada”. Nesse trecho podemos perceber as representações do valor financeiro como algo muito importante para o desempenho do professor, ou seja, se os professores têm um salário muito baixo é impossível que eles se dediquem e lecionem aulas interessantes aos alunos. Muito mais que isso, os alunos têm uma representação de que professores de curso de inglês contam com uma boa remuneração, porém, verificamos que isso não é verdade. Mesmo que a remuneração seja baixa, a representação dos jovens mostra o mesmo discurso mercadológico encontrado nos PCNs, que credita a possibilidade de um bom ensino no setor privado mesmo sem saber das reais condições de trabalho, desqualificando, por fim, o ensino público.

Em outra transcrição, um dos alunos discorre sobre as representações das pessoas sobre a importância da motivação no aprendizado e nos dá uma esperança em relação ao ensino de inglês na escola pública, ao revelar que “os alunos [...] vão pra escola porque eles [...] têm que ir, a maioria. Na escola particular geralmente os alunos vão porque eles tão querendo aquilo”. Quando o aluno diz que os alunos vão à escola por uma certa

obrigação, mas no final da frase ele revela que isso acontece com a maioria dos alunos e não com todos. Por outro lado, os alunos que vão à escola particular (no caso, o curso de inglês), vão porque querem e não por obrigação. Por esse motivo, o aprendizado se efetiva com mais facilidade, pois o aluno está motivado e tem desejo de aprender o idioma. Outra vez o sentido mercadológico e a responsabilidade do sucesso no indivíduo parecem direcionar os discursos e as representações sobre o aprendizado do inglês.

Mais adiante, os PCNs defendem que o ensino de um idioma é eficiente, quando se garante o engajamento discursivo do aluno, ou seja, “a capacidade de se envolver e envolver os outros no discurso” e isso pode ser feito “por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo” a fim de que essa construção possa ter um significado para o aluno (BRASIL, 1998, p.19). Uma das afirmações relatadas na entrevista mostra a importância da interação dos alunos no aprendizado no inglês, que nesse caso, são os próprios colegas de trabalho: “A gente fala, por mais que seja pouco, assim, a gente encontra o Gomes, o João, o Felipe, na sala de aula, no trabalho às vezes, ele diz que vai em algum cliente. Vez ou outra ele fala algumas frases em inglês. Às vezes tem dúvida, troca ideia com o John que conhece muito já, tem muito mais experiência”. Nessa fala podemos perceber o quanto importante é o discurso pedagógico do trecho apresentado nos PCNs ao expor que se deve proporcionar aos alunos “oportunidade de identificar e reconhecer esses conhecimentos e oferecer possibilidade de troca de experiências entre eles, na perspectiva de dar continuidade à construção de novos conhecimentos” (BRASIL, 1998, p. 54). Esse espaço proporciona “interações entre aprendizes e parceiros mais competentes, explorando o nível real em que o aluno está e o seu nível em potencial para aprender sob a orientação de um parceiro mais competente” (BRASIL, 1998, p. 58).

Outra afirmação muito intrigante nesse documento a respeito do inglês (BRASIL, 1998, p. 19) aponta que “embora seu conhecimento seja altamente prestigiado, as línguas estrangeiras, como disciplinas, se encontram deslocadas da escola. A proliferação de cursos particulares é evidência de tal afirmação.” Para exemplificar essa situação, um dos entrevistados revelou que: “Você só aprende o que você quer aprender. Você só aprende o que gosta. Só que assim, [se] o aluno gosta ou não, a escola também tem culpa. Se fosse dado uma devida atenção, por exemplo, é, propaganda na TV aberta de pessoas de sucesso, por exemplo, e que o inglês foi fundamental pra esse crescimento dele, a atenção da família ia ser diferente, a atenção das pessoas ia ser diferente pra essa língua”. Quando o aluno usa o advérbio de intensidade “só” ele indica uma condição para que o aprendizado do idioma aconteça, em outras palavras, o aluno precisa querer e gostar do idioma para aprendê-lo, caso contrário, a aprendizagem não se efetiva. Na frase seguinte ele fala que a propaganda é muito importante para a propagação de novas ideias, e sugere que se as propagandas na TV aberta mostrassem pessoas de sucesso falando sobre a importância do inglês, certamente as pessoas pensariam mais a respeito. Nesse momento

o inglês é tratado como “capital simbólico” por ser um conhecimento altamente prestigiado pela sociedade e por essa razão, o estudante caracteriza as pessoas que têm esse conhecimento como “pessoas de sucesso”. É possível perceber sua representação sobre o sucesso relacionado ao inglês, que influenciado pelo discurso mercadológico, acredita que dominar o idioma é “fundamental para esse crescimento”. Da mesma forma, ele coloca a responsabilidade no aluno, mobilizando um sentido individualista e liberal da aprendizagem.

Ao lado dessa inferência, pode-se dizer que “a linguagem” é utilizada na “promoção de relações políticas e comerciais, no desenvolvimento de recursos humanos. [...] Pode servir com fonte poderosa e símbolo tanto de coesão como de divisão” e “como instrumento de elitização” (BRASIL, 1998, p. 38). É comum perceber que o acesso a bens de consumo muitas vezes básicos é visto como bens de poder, como por exemplo, o acesso a uma Língua Estrangeira. Mediante as condições precárias nas escolas em relação ao ensino do inglês as pessoas que têm um maior poder aquisitivo geralmente investem em um curso em um centro de idiomas para seu filho e isso acaba refletindo na representação das pessoas de quem sabe uma segunda língua é “mais instruído”. Uma fala de um dos entrevistados mostra muito bem essa representação ao relatar que: “Numa família com um nível cultural mais alto, que já, pessoas de repente mais instruídas conseguem passar pros filhos como isso vai ser útil pra ele lá na frente. Só que eu na minha família, não tive isso. Eu acho que isso [...] poderia ser um grande diferencial pra muitas outras famílias.” Nessa transcrição pode-se inferir que o discurso mercadológico perpassa a língua inglesa ao ser vista como instrumento de poder mediante a sociedade atual, da mesma forma que é possível perceber a divisão de classes influenciando o acesso a esse bem de poder. Ao mesmo tempo, o sentimento de inferioridade é presente nessa fala quando ele usa a expressão “pessoas mais instruídas”. Esse sentimento nada mais é do que o resultado de um mecanismo fundamental para a divisão das classes sociais que são reforçadas pela instituição escolar. Para Bourdieu (1999, p. 41) há na escola um mecanismo de manutenção das desigualdades sociais e que o nome dado a essa instituição de “escola libertadora” nada mais é que

um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.

Ao analisar essa citação de Bourdieu, pode-se dizer que a negação do ensino do inglês acaba sendo um mecanismo de exclusão de um bem cultural aos cidadãos brasileiros e que acaba reforçando cada vez mais a diferença social entre as classes do proletariado e da burguesia. O próprio texto dos PCNs revela que o domínio do inglês está fortemente ligado ao discurso mercadológico e ocupa a posição de língua do poder econômico e dos interesses de classe, como guardião de posições de prestígio na

sociedade (BRASIL, 1998, p. 40). De acordo com Graddol (2006, p. 38), “a falta do inglês em alguns países agora ameaça excluir a maioria da população”. (Tradução nossa)

Outro fator relevante sobre o ensino do inglês nas escolas públicas é a contradição relatada nos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua estrangeira. Conforme esse documento (BRASIL, 1998, p. 21), o ensino das quatro habilidades comunicativas (fala, escuta, leitura e escrita) se inviabiliza frente às condições da maioria das salas de aula das escolas brasileiras: “carga horária reduzida, classes superlotadas, baixo nível de domínio das habilidades orais por parte de grande parte dos professores e falta de material didático” (BRASIL, 1998, p. 21). Por essas razões, defende-se a ideia de que por ser útil para a maioria dos alunos em sua educação formal (ingresso no vestibular e exames de pós-graduação), o foco das instituições escolares é apenas no ensino da habilidade da leitura. Um dos entrevistados, quando questionado sobre se o número de alunos por sala de aula influencia a aprendizagem do idioma, ele revelou que “é possível melhorar o ensino de inglês numa escola fundamental com 40 alunos numa sala, é possível, desde usado as metodologias corretas”. E mais adiante ao ser questionado sobre a importância do professor no ensino de inglês, um dos entrevistados ao falar sobre a importância de uma boa remuneração do professor, mostra por meio do silêncio, o discurso mercadológico: “Quanto ganha uma professora da escola pública? A pessoa não se dedica no que ela não é bem remunerada. salário do professor, metodologia antiga e visualizar aplicabilidade: Isso tudo contribui pra um ensino diferenciado.” Ao usar uma pergunta para discutir sobre o salário de um professor da escola pública o entrevistado enfatiza essa problemática. Ao usar o tempo presente do indicativo o entrevistado revela uma certeza sobre o quão importante é a remuneração para o desempenho de um profissional. Para ele, a satisfação pelo trabalho em si só não é suficiente para a eficiência do trabalho e ao mesmo tempo nega a tão conhecida expressão de que “ser professor é uma missão”. Geralmente quando se fala de missão, a remuneração financeira não é tida como pré-requisito para seu cumprimento. Porém, o aluno não sabe que o professor do setor privado também não é bem remunerado, mas essa dúvida nem é cogitada pelo aluno, pois essa representação trabalha no silêncio presente no discurso neoliberal em que ele está inserido, ou seja, não há dúvidas de que o ensino privado funciona, independentemente se os problemas nelas enfrentados sejam os mesmos do setor público.

Outro aspecto muito importante tratado nos PCNs assegura-se que

conta-se com apoio muito limitado para o desenvolvimento de habilidades linguísticas fora da escola, visto que para a grande maioria da população escolar, a Língua Estrangeira está fora do contexto da interação familiar, sem possibilidade de contato com parceiros falantes da outra língua e sem nenhum contato internacional significativo. Pode-se antever que, com o

barateamento dos meios tecnológicos de comunicação, este quadro muda. (BRASIL, 1998, p. 65),

Muito embora, mesmo passados 14 anos desde a escrita desse documento e a tecnologia ter se expandido consideravelmente desde então, os jovens das escolas continuam sem amplo acesso ao computador. Uma pesquisa publicada pelo Jornal “A Notícia” no dia 17 de agosto de 2010 revela que apenas 49,3 dos jovens acessam a internet todos os dias enquanto 15,3% nunca a utilizam. Se pensarmos que Joinville tem um consumo familiar de 48,7% do PIB, percentual de renda próximo ao da Holanda, esse número se encontra muito reduzido (segundo Estatuto do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente feito em 2010).

A fim de aprofundar a questão do uso da tecnologia para o ensino do idioma, conforme apresentado nos PCNs, um dos integrantes da pesquisa enunciou que na escola “poderiam trazer o inglês pra um cotidiano que o aluno goste: [usar] Facebook, Twitter, Orkut. O computador está cada vez mais presente na casa de cada brasileiro. Hoje a EaD, o ensino à distancia é uma realidade [...] para muitos executivos e muita gente que tem pouco tempo pra estudar. Eu acredito que o meio virtual poderia ser sim uma ferramenta de ensino, não só pro inglês, mas de outras disciplinas. O computador, é na verdade, uma ferramenta hoje indispensável. Além das redes sociais que é vício [...] a gente precisa pro trabalho.” Mediante essa constatação, pode-se afirmar que as novas tecnologias são uma importante ferramenta de trabalho que poderia ser usada para potencializar o ensino do inglês e de outras disciplinas. O verbo “poderia” flexionado no futuro do pretérito do indicativo expressa possibilidade e incerteza em relação ao uso do computador no ensino do idioma. Ao falar que o computador é indispensável revela que para a realização de atividades em geral ele é uma ferramenta insubstituível. Ao mesmo tempo quando o aluno fala que o uso “das redes sociais é um vício” e utiliza o verbo “é” no tempo presente do indicativo revela uma verdade em relação ao uso demasiado dessa ferramenta.

3. Conclusão

A entrevista piloto propiciou análises muito importantes para o campo do Ensino de Idiomas, pois revelou que seu ensino na escola acaba sendo mais um mecanismo de exclusão ao invés de ser uma ferramenta de acesso a bens culturais. Ao mesmo tempo, esse instrumento nos possibilitou refletir sobre o quão importante é analisar as Políticas Públicas do Estado, pois elas ajudam a criar as representações que ao longo da história se criam, difundem e se fortificam em nossa sociedade.

É de extrema importância que se conheçam as representações dos alunos a respeito do ensino da Língua Inglesa nas escolas públicas, pois assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 65) relatam: “deve-se encontrar maneiras de

garantir que essa aprendizagem deixe de ser uma experiência decepcionante, levando à atitude fatalista de que Língua Estrangeira não pode ser aprendida na escola.” Da mesma maneira deve-se prestar atenção ao apelo mercadológico que se utiliza das lacunas deixadas pelas Políticas Públicas para usá-las em seu próprio benefício.

Por meio dessa pesquisa é possível reconhecer as representações dos alunos da cidade de Joinville para então relacionar aos efeitos de sentidos dos discursos mercadológico, pedagógico e político na construção da cultura escolar referente ao aprendizado do inglês. Através das falas obtidas nessa entrevista piloto foi possível perceber que o ensino do inglês se tornou um mecanismo de exclusão ao invés de ser uma ferramenta que proporcione os estudantes o acesso a bens culturais e que possibilite um futuro aos jovens. Certamente, esse poderá ser um primeiro passo para aprofundar o entendimento sobre o ensino de inglês na escola pública de Joinville e para proporcionar futuras pesquisas que proponham a melhoria desse ensino.

Por meio desses dados é possível fazer uma reflexão sobre a importância das Políticas Públicas para uma boa educação. É necessário que todos os professores tenham esse conhecimento para saber que não depende só do trabalho feito em sala de aula para haver um ensino de qualidade. É preciso haver Políticas Públicas efetivas para auxiliar o processo pedagógico para que aos poucos a educação possa melhorar.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. A. **Escola Conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Escritos de Educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. MEC. 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Terceiro e Quarto ciclo de Língua Estrangeira**. Brasília: MEC/SEF.
- CARDOSO, C. **Jovens de Joinville**: diversão limitada na cidade. *ANotícia*, Joinville, 17 ago2010. P. 2
- Falar inglês e espanhol aumenta salário em até 21,78%, diz pesquisa. Disponível em <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2010/06/falar-ingles-e-espanhol-aumenta-salario-em-ate-2178-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 05 fev 2012
- GRADDOL, D. **English Next**. London: British Council, 2006.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza. M de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.
- LEFFA, Vilson J.; IRALA, Valesca Brasil. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: Vilson J. LEFFA; Valesca B. IRALA. (Orgs.). **Uma espiadinha na sala de aula**: ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: Educat, 2014, p. 21-48.
- ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 5. ed. Campinas, SP: Pontes: 2009.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes: 2010.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico. **Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e duas tecnologias**. Porto Alegre: SE/DP, 2009.

SCHÜTZ, R. **A idade e o aprendizado de línguas**. English Made in Brazil. Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-apre2.html>>. Acesso em 11/07/11.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Disponível em: <http://www.jve.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=95&Itemid=204>. Acesso em 10 setembro 2011.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**. O sujeito democrático. Bauru: Edusc, 1998.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura**. Relatório para a Unesco da comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, DELORS, J., Brasília: MEC, Unesco, 1999.

Rafaela Spezzia Capuani is owner of Spezzia idiomas and Creator of the Cotton Candy English for Kids Method. English teacher since 2005. Graduated in English and Portuguese language studies in 2009 (UNIVILLE). Master in Education in 2012 (UNIVILLE). TESOL - Teaching English for Students of Other Languages in 2008 (KGIBC) Vancouver, Canada. Advanced English 2013 (EC College) Malta. E-mail: rafa.spezzia@gmail.com

Raquel Alvarenga Sena Venera is a Professor of Postgraduate Programs in Education, Cultural Heritage and Society, both at Univille. Historian by Univali in 2000. Master's Degree in Cultural History by UFSC in 2003. Doctorate in Education by Unicamp in 2009. E-mail: raquel.venera@univille.br